



# Relatório de Gestão

Ano de 2018



## Índice

<b>Índice</b> .....	2
<b>Capítulo I</b> .....	3
<b>1. Introdução</b> .....	3
<b>1.1. Sistema Contabilístico</b> .....	3
<b>1.2. O Relatório de Gestão</b> .....	3
<b>2. Dados Estatísticos da Freguesia</b> .....	4
<b>3. Quadro de Pessoal</b> .....	4
<b>Capítulo II</b> .....	4
<b>4. Análise Financeira</b> .....	4
<b>3.1 A Receita</b> .....	5
<b>3.2 A Despesa</b> .....	5
<b>3.3 Tesouraria</b> .....	6
<b>3.4 Os Planos</b> .....	6
<b>3.5 Conclusão</b> .....	7
<b>Capítulo III</b> .....	8
<b>5. Análise Analítica</b> .....	8
<b>4.1 Análise da Receita</b> .....	8
<b>4.2 Análise da Despesa</b> .....	9
<b>4.3 Estrutura da Despesa</b> .....	10
<b>4.4 Resultado</b> .....	11
<b>4.5 Passivos e Ativos</b> .....	11
<b>Capítulo IV</b> .....	12
<b>6. Divergências e Justificativos</b> .....	12
<b>5.1 Divergências</b> .....	12
<b>5.2 Justificativos</b> .....	12
<b>Capítulo V</b> .....	13
<b>7. Nota Final</b> .....	13



## Capítulo I

### 1. Introdução

#### 1.1. Sistema Contabilístico

Desde 1 de Janeiro de 2002 que as autarquias locais passaram a estar sujeitas a um novo regime contabilístico – o POCAL – caracterizado, de entre outros aspetos, pela introdução das contabilidades patrimonial e de custos e respetiva integração com a contabilidade orçamental.

Foi igualmente previsto um regime simplificado, funcionando em base de caixa e de compromissos, o qual é aplicável às autarquias locais cujo movimento anual de receita não atinja o montante correspondente a 5000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública (€343,28) - €1 716 400,00 em 2018.

As entidades que se integram neste regime apenas são obrigadas a utilizar a contabilidade orçamental, encontrando-se, por isso dispensadas de implementar as contabilidades patrimonial e de custos (ponto 2.8.2.7 do POCAL).

O regime simplificado é aplicável à Freguesia do Porto Martins, em função do respetivo movimento anual de receita.

#### 1.2. O Relatório de Gestão

O relatório de gestão enquadra-se no âmbito da prestação de contas relativa ao exercício de 2018 e foi elaborado de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 12 de Abril, contemplando a análise da evolução da situação económica e financeira da autarquia.



## 2. Dados Estatísticos da Freguesia

A Freguesia de Porto Martins inserida no concelho da Vila de Praia da Vitória, composta por uma área de 3,43Km<sup>2</sup> e 1001 habitantes (dados INE censos 2011) e com 1053 eleitores inscritos. (dados MAI – Mapa nº 1-A/2019 publicado a 1 de março de 2019).

## 3. Quadro de Pessoal

A Freguesia de Porto Martins não possui quadro de pessoal.

## Capítulo II

### 4. Análise Financeira

Pontos mais relevantes:

Na atual Conta de Gerência é importante destacar alguns factos, que pela sua natureza, assumem uma importância acrescida, assim:

As principais receitas desta Autarquia, continuam a ser municiaadas pela Administração Central através do Fundo de Financiamento de Freguesias, que em 2018 foi no valor de €24.475,00 tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 49,45%, seguindo-se as receitas próprias da Autarquia num valor total de €13.072,18 tendo um impacto no orçamento de 26,41%, depois a Câmara Municipal através dos protocolos de Delegação de Competências, com o valor de €6.211,44 com impacto percentual de 12,55%, e finalmente a Administração Regional através dos vários Acordos de Cooperação no valor de €5.739,00, tendo um impacto percentual no orçamento desta Autarquia de 11,59%.



### **3.1 A Receita**

No decorrer do ano esta Autarquia conseguiu um total de Receita Corrente Global no valor de €48.058,62 e Receita de Capital Global no valor de €1.439,00.

O saldo da Gerência Anterior (2017) foi no valor de €17.314,52 em saldo orçamental e €40,45 em Operações de Tesouraria num total de €17.354,97.

O valor total de receita arrecadada neste ano de 2018 foi de €49.497,62.

### **3.2 A Despesa**

Quanto à Despesa Corrente Global (Despesas de Funcionamento + Plano de Atividades + Plano de Investimentos por Administração Direta), foi neste ano de 2018 no valor de €39.779,73.

As despesas correntes não excederam as receitas correntes respeitando assim o princípio do equilíbrio substancial da execução orçamental constante da alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL.

Quanto à Despesa de Capital Global (Investimentos diretos) foi neste ano de 2018 no valor de €2.095,54.



### 3.3 Tesouraria

Durante o ano não existiram transações de Operações de Tesouraria.

A Síntese das Reconciliações Bancárias demonstra que:

A Conta à Ordem Nº841.005.003 da CCAM encerrava um saldo a 31 de dezembro no valor de €27.077,13, sendo o saldo contabilístico à mesma data de €24.985,51 sendo a divergência existente (€2.091.62) justificada pelos pagamentos debitados no banco após o encerramento do ano.

### 3.4 Os Planos

O **Plano Plurianual de Investimentos**, demonstra no decorrer do mandato as previsões de investimento a realizar na Freguesia, assim sendo no ano de 2018, a execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 23,94% no valor total investido de €2.095,54.

O **Plano Plurianual de Atividades**, contendo a mesma visão plurianual do PPI, abrange, no entanto, as restantes intervenções da Junta de Freguesia em atividades que não sejam investimento, assim, regista-se que a execução financeira do Plano Plurianual de Atividades (PPA) teve o nível de Execução de Financiamento Anual de 78,91% no valor total aplicado de €17.068,36.



### **3.5 Conclusão**

As limitações de ordem financeira constituem uma realidade à qual a autarquia não pode escapar. As escassas receitas próprias tornam-na demasiado dependente das transferências do Estado, através do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), das Instituições Públicas e da Câmara Municipal do concelho, através dos protocolos de delegação de competências, bem como de Acordos de Colaboração e Cooperação financeira.

Para fazer face aos atuais constrangimentos financeiros, o controlo das despesas correntes tem sido uma das grandes prioridades.

Apesar destas limitações, a Junta de Freguesia conseguiu, com grande competência, realizar muitos dos objetivos propostos no seu Plano de Atividades para 2018.



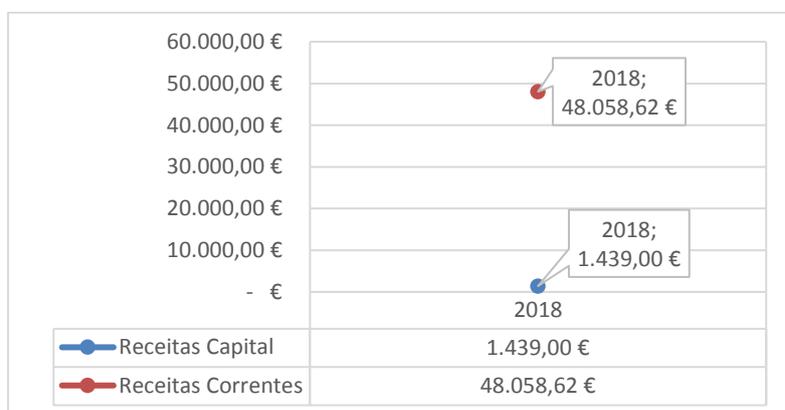
## Capítulo III

### 5. Análise Analítica

#### 4.1 Análise da Receita

As receitas arrecadadas pela Autarquia durante o ano de 2018 ascenderam a €49.497,62, com um grau de execução orçamental de 70,81%, sendo distribuídas da seguinte forma:

	Ano - 2018
Receitas Correntes	€48.058,62
Receitas de Capital	€1.439,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>€49.497,62</b>



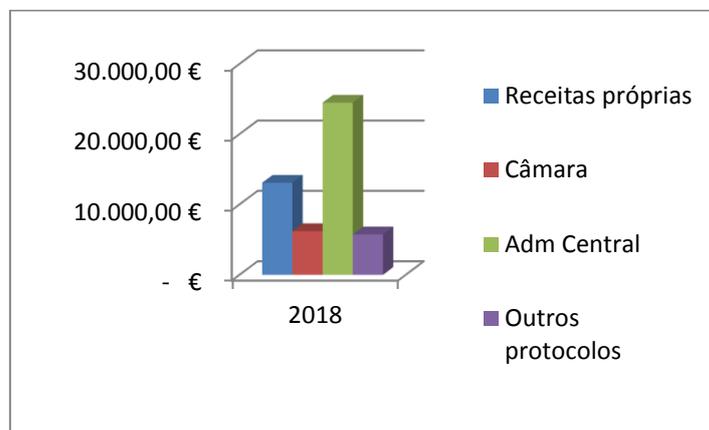
O destaque percentual das receitas durante 2018:

Receitas próprias representaram 26,41% do total de receita;

As receitas provenientes da Câmara Municipal, 12,55%;

As receitas provenientes da Administração Central, 49,45%;

As receitas provenientes de outros protocolos diversos, 11,59%



## 4.2 Análise da Despesa

A despesa pública é a aplicação de recursos da Autarquia para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento social, económico e cultural da Freguesia.

Em 2018, a Junta de Freguesia registou um volume de despesa na ordem dos €41.875,27, com um grau de execução orçamental de 59,90%, sendo distribuídos da seguinte forma:

	Ano - 2018
Despesas Correntes	€39.779,73
Despesas de Capital	€2.095,54
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>€41.875,27</b>

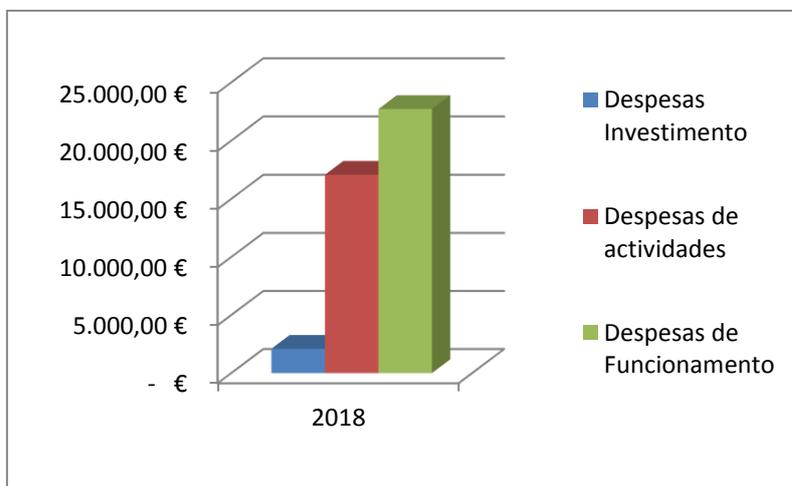


### 4.3 Estrutura da Despesa

No ano de 2018 a despesa total teve a seguinte distribuição na execução do orçamento da Junta:

	Ano 2018
Despesas de funcionamento	€22.711,37
Plano de Atividades	€17.068,36
Plano de Investimentos	€2.095,54
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>€41.875,27</b>

#### Graficamente:





#### **4.4 Resultado**

Analisada a Receita e a Despesa do Ano Económico de 2018, contempla-se que o saldo resultante após o encerramento do ano é de €24.985,51.

Em Operações de Tesouraria ficaram retidos na Autarquia €40,45 para Autoridade Tributária e €8,19 para a Segurança Social.

Resulta assim num saldo de Execução Orçamental de €24.936,87.

#### **4.5 Passivos e Ativos**

##### **Passivo financeiro:**

A 31 de Dezembro não existiam dívidas a nem a Autarquia possuía nenhum empréstimo contratado.

##### **Ativo financeiro:**

A 31 de Dezembro esta Autarquia possuía receitas por cobrar no valor de €2.022,07.



## Capítulo IV

### 6. Divergências e Justificativos

#### 5.1 Divergências

Sem nenhuma situação a acrescentar.

#### 5.2 Justificativos

Tendo em conta que no decorrer do ano financeiro de 2018 o funcionamento e operacionalidade desta Autarquia decorreram sem imprevistos, não existem quaisquer justificativos adicionais a acrescentar.



## Capítulo V

### 7. Nota Final

As políticas contabilísticas estão adequadas à realidade de uma estrutura do tipo autarquia local e por isso sem fins lucrativos (art.º 235º, 237º e 238 da Constituição da República Portuguesa), salientando-se que os procedimentos e controlos internos vigentes asseguram os movimentos efetuados, em relação às receitas, despesas e pagamentos (art.º 238 da Constituição da República Portuguesa e Leis 169/99 de 18 de Setembro e 5-A/2002 de 11 de Janeiro (Competências e funcionamento dos órgãos das autarquias locais) estas revogadas pela Lei 75/2013 de 12 de setembro.

As Demonstrações Financeiras relativas ao ano económico de 2018 traduzem as despesas e receitas do referido exercício económico, em relação a atividades da Junta de Freguesia.

Porto Martins, 11 de abril de 2019

A Presidente da Junta

---

(Maura Filipa Pereira Branco)